**A Amortização da Dívida Pública Brasileira e as suas Implicações na Democracia**

A dívida pública brasileira, que representa um débito interno e externo, tem aumentado ao longo dos anos e o seu pagamento tem consumido cada vez mais o dinheiro público. A esse respeito, o Orçamento Geral da União demonstra, na destinação de seus recursos, que há um privilégio dos gastos com o chamado Sistema da Dívida (um conjunto de mecanismos financeiros que, através de métodos de doações de títulos da dívida e outras coisas, tem destinado trilhões de reais principalmente aos bancos) e a perpetuação da dívida pública. Nesse sentido, devido a esse favorecimento no direcionamento fiscal, alguns setores da sociedade como saúde, educação, trabalho e crédito a pessoas e empresas, têm sido prejudicados e os cidadãos têm tido seus direitos burlados.

A princípio, vale destacar que os enormes gastos com a Dívida têm causado prejuízo aos demais setores da estrutura social. Segundo o gráfico do Orçamento Federal Executado em 2019, publicado pela Auditoria Cidadã da Dívida, quase 40% do dinheiro público foi destinado à amortização e juros da Dívida, enquanto que setores prioritários como saúde e educação receberam somente 4,21% e 3,48%, respectivamente. Entende-se, dessa forma, que essa prioridade excessiva prejudica outros setores importantes, visto que a pouca quantidade de recursos corrobora para a sua precarização. Por conseguinte, em virtude desse favorecimento, há uma privação dos cidadãos brasileiros de acessar serviços públicos de qualidade.

Ademais, a população brasileira não é só impedida de ter acesso a serviços básicos assegurados pela Constituição, como também ao direito de saber a origem dessa contínua Dívida – ou o que é o Sistema da Dívida. Em contrapartida ao que é estabelecido pelo Artigo 26 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, a Auditoria da Dívida com participação popular foi vetada 3 vezes consecutivas desde 2016, impedindo a transparência em relação aos gastos com a dívida, a sua origem interna e externa, e impedindo, também, a proposição de soluções e destinação dos recursos diferente em relação aos anos anteriores.

Como consequência dessa falta de transparência, mecanismos ilegais como a remuneração diária da sobra de caixa (ou seja, um incentivo ao ato de permanecer dinheiro parado em bancos) e a doação de títulos da dívida pelo Tesouro Nacional ao Banco Central se tornam comuns, como evidenciado pelo artigo “Para que tem servido a dívida pública no Brasil”, de Maria Lucia Fattorelli. Nesse viés, recursos parados que poderiam ser destinados a empréstimos à população - e valores pagos em juros da dívida pelo Tesouro Nacional que poderiam ser convertidos em verbas para os setores sanitário e educacional - contribuem para um sistema de ferimento contínuo de direitos econômicos e sociais dos cidadãos brasileiros.

Portanto, tendo em vista os graves impactos que essa falta de transparência e legalidade traz à população, faz-se necessário que os indivíduos brasileiros, enquanto cidadãos que estão tendo seus direitos feridos, pressionem o Governo a realizar, anualmente, a auditoria da dívida. Isso deve acontecer por meio de petições online, participação em campanhas como a “É HORA DE VIRAR O JOGO” promovida pela ACD, bem como a realização de protestos pacíficos. Assim, a população estará lutando para que mecanismos financeiros ilegais como a remuneração diária de sobra de caixa e a doação de títulos sejam expostos formalmente - e, com as “ações cabíveis” (previstas pela Constituição) sendo tomadas, o dinheiro público terá seu destino em benefício da sociedade.